

COLÓQUIO SOBRE A FORMAÇÃO DE JUÍZES: a formação de juízes no contexto da cooperação entre os países da comunidade dos países de língua portuguesa – Cplp¹

MINISTRO FERNANDO GONÇALVES*

*Diretor da Revista do Superior Tribunal de Justiça
e Vice-Diretor da Enfam*

Predizer o futuro é tarefa sempre temerária. Entretanto, a realidade socioeconômica do início deste século é marcada por mudanças e transformações que, sem sombra de dúvidas, se tornarão ainda mais profundas nos anos que estão por vir. Estes ainda instáveis tempos de Globalização, caracterizada pelo aumento extraordinário dos fluxos financeiros e comerciais internacionais, pelo avanço sem precedentes da tecnologia, pelo aumento da competitividade e pelo crescimento da interdependência econômica e política entre os Estados, representam um dos maiores desafios às sociedades modernas.

Conseqüentemente, essa mudança estrutural nos relacionamentos entre os Estados, os agentes econômicos e organizações multilaterais e nas formas como se organizam as sociedades, estende seus tentáculos à dimensão jurídica, resultando no aumento do número de litígios e da demanda pela prestação jurisdicional. Esses fatores são determinantes para a renovação e modernização das práticas processuais e do Direito material e para a construção do Poder Judiciário do futuro, cada vez mais dinâmico, célere, eficiente, transparente, mais próximo do povo e capaz de dar conta das complexas reacomodações do sistema internacional, bem como das redefinições de prioridades internas, muitas vezes conflitantes com antigos dogmas e paradigmas.

Ademais, a permeabilidade das fronteiras nacionais causada, entre outros motivos, pela revolução tecnológica, tornou mais fáceis e freqüentes os deslocamentos de pessoas, mercadorias e capitais de um

¹ Palavras proferidas no Colóquio sobre a Formação de Juízes, Lisboa, 16.10.08.

país para outro; os movimentos migratórios proliferam; as economias nacionais revelam-se mais e mais interdependentes; as empresas lutam contra as barreiras quantitativas, qualitativas e burocráticas para expandir seus mercados.

Simultaneamente, as organizações criminosas, aproveitando-se dessas facilidades, beneficiam-se da inércia das administrações da Justiça, por vezes bloqueadas pelos limites das próprias “fronteiras”, que servem como obstáculo para a Justiça e como vantagem para os delinqüentes.

Ao provocar a circulação transversal de problemas, a globalização cria a necessidade de adoção de medidas padronizadas ou de conteúdo similar nas comunidades geopolíticas. Deve-se ponderar, inclusive, que tais medidas poderiam propiciar o crescimento da integração entre os povos. Vê-se, portanto, que há necessidade de se romperem os paradigmas, para se proceder a uma profunda renovação.

Nesse cenário, a cooperação judicial entre os países é elemento indispensável não só para o conhecimento das realidades dos diversos atores do sistema internacional, mas para a consecução dos objetivos da Justiça. Nesse sentido, é imperativo torná-la mais fluida e eficiente. Faz-se necessária a renovação do atual sistema de cooperação internacional, por meio da criação de mecanismos eficazes, que de fato atendam a nova realidade mundial.

Sem dúvida nenhuma, acredito que muito poderá contribuir a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP para o desenvolvimento do intercâmbio entre os seus magistrados e servidores e para o reforço do trabalho conjunto de autoridades legislativas, judiciais e administrativas, visando ao aperfeiçoamento da legislação de cada país e à formação profissional dos juízes.

Sobretudo em relação a esse último aspecto, a Justiça brasileira tem começado a trilhar um caminho irreversível, por meio da criação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, que funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Criada pela Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004, mas instituída formalmente apenas em 30 de novembro de 2006, pela Resolução nº 3 do STJ, essa instituição é a responsável pela implementação de mecanismos e procedimentos que proporcionem um corpo harmonioso à magistratura brasileira e que se pautem pelo ideal de excelência da prestação jurisdicional, mediante o recrutamento e treinamento continuado de pessoas com verdadeira vocação.

De entre sua vasta gama de atribuições, destaca-se o poder de REGULAMENTAR, AUTORIZAR e FISCALIZAR os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira da magistratura. Por meio de um árduo trabalho de negociação e de convencimento político de superação de resistências, a ENFAM conseguiu implementar nas 27 escolas estaduais de magistratura e nas 5 escolas federais, ou seja, em todo o território nacional, um conteúdo mínimo obrigatório, seja para ingresso, seja para promoção na carreira.

Sem descuidar do Direito Material, esse conteúdo obrigatório confere prioridade à formação humanística e continuada do magistrado ao contemplar temas e disciplinas como ética, filosofia, sociologia, psicologia, gestão administrativa e de pessoas, além de situações práticas da atividade judicante e técnicas de mediação e conciliação, fazendo com que a negociação tenha precedência sobre o conflito. Ademais, a fim de proporcionar uniformidade aos procedimentos didático-pedagógicos e ao processo de difusão dos conhecimentos, a ENFAM também proporciona a realização de Cursos de Formação de Formadores, que são os multiplicadores da prática e do ensino do saber jurídico, visando ao permanente aprimoramento da cultura jurídica e das instituições.

Mas nesse cenário de consolidação institucional, a ENFAM também possui outras competências. Além de definir as diretrizes básicas para a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados, fomentar pesquisas relevantes para o aprimoramento dos serviços judiciários e do ordenamento jurídico, a Escola busca promover intercâmbio com entidades nacionais e estrangeiras ligadas ao ensino e a pesquisa, visto que a integração é essencial para ajudar no processo de superação de desafios e dificuldades. Na busca dessa integração, é fundamental que estejamos abertos a mudanças e dispostos a discutir e implementar novas idéias.

Ao agradecer a generosa acolhida do Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, bem como a atenção dispensada pelos demais Senhores Presidentes e representantes, manifesto a convicção de que o Colóquio sobre a Formação de Juízes atingirá plenamente os objetivos pretendidos. Essa iniciativa reveste-se de caráter de fundamental importância para o estreitamento dos laços entre os mais diversos países e representa, sobretudo, oportunidade de aproximação entre os poderes judiciários da Comunidade de Estados e Territórios de Língua Portuguesa, por meio da abertura de novos horizontes para o aprofundamento e fortalecimento dos mecanismos de cooperação jurídica multilateral.

Ademais, as atividades desenvolvidas certamente contribuirão para o fortalecimento institucional do Poder Judiciário, visto como agente político de transformação, integração e coesão social. O rico diálogo político judicial e a troca de experiências e boas práticas permitirão, de forma sinérgica, identificar obstáculos enfrentados e áreas de ação comuns entre as diversas organizações. Intercâmbios dessa natureza são imprescindíveis para a renovação e modernização das práticas processuais e do Direito material, consentâneas com as profundas modificações sociais dos novos tempos, e para a construção de um Poder Judiciário cada vez

mais dinâmico, rápido e eficiente, capaz de dar conta das crescentes demandas da sociedade.